

EDITORIAL

A educação do século XXI tem sido debatida em diversas frentes, em especial aquelas que se relacionam aos processos de avaliação da aprendizagem, à formação de professores, educação a distância e metodologias inovadoras. Também, as políticas educacionais têm sido objeto de investigações, desde as políticas voltadas para a Educação Básica àquelas de interesse da Educação Superior e da pós-graduação, bem como as articulações entre elas. Em meio às investigações educacionais e à efetivação das políticas educacionais, conquista destaque a diversidade e o protagonismo de sujeitos sociais, da classe trabalhadora. Em meio aos debates, pesquisas, políticas e prática educativas estão os problemas históricos a serem solucionados na educação brasileira, tais como o acesso, a permanência e a continuidade dos estudos, as condições de trabalho e de remuneração dos professores, a existência da escola pública (entre aspectos do cotidiano escolar e elementos da infraestrutura e funcionamento da instituição), formação de professores, enfim, a superação das desigualdades educacionais. É nesse cenário que se localiza o campo como lugar de vida, cultura e trabalho, com sujeitos que lutam e resistem para manter modos de vida e acessar serviços públicos.

As pesquisas educacionais que colocam a formação educacional dos povos do campo em evidência ainda são reduzidas, em que pese o expressivo avanço delas no início do século XXI, em particular as que dão atenção ao movimento nacional de educação do campo, aos programas governamentais como PRONERA, PROCAMPO, PRONACAMPO, PNLDC-CAMPO, PROJovem CAMPO SABERES DA TERRA, ESCOLA ATIVA/ESCOLA DA TERRA. São programas que colocaram a centralidade na formação de professores, na produção de materiais didático-pedagógicos, na educação como prática social. Ao lado desses programas, maioria fruto da luta pela terra e pela educação no contexto da reforma agrária e da pequena agricultura, foram iniciadas políticas como as do Observatório da Educação, que busca articulação entre graduação, pós-graduação e Educação Básica, como o PIBID que incentiva a iniciação à docência e, portanto, a articulação entre Educação Superior e Educação Básica. Esses programas, no conjunto das políticas educacionais, deram

visibilidade a segmentos como os sujeitos das áreas remanescentes de Quilombos, os Assentados e Acampados, os agricultores familiares, as comunidades de pescadores e povos das florestas, enfim, também os povos tradicionais como os faxinalenses. Os sujeitos sociais, povos trabalhadores do campo, em meio às lutas por educação e por escola, despertaram o interesse acadêmica por investigações, bem como produziram obras coletivas sobre a luta pela terra, organização do trabalho pedagógico na escola, educação como formação humana, entre tantos outros temas. Educação e Campo, duas realidades em disputa na sociedade capitalista é o que se evidencia nas lutas, programas e práticas sociais.

Quase 20 anos se passaram desde 1997, quando do I Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária, e os desafios que permeiam a luta por educação do campo ainda são muitos. Um deles diz respeito à própria concepção de campo. São muitos os trabalhos sobre o campo, paradigma do capitalismo agrário, paradigma da questão agrária, ruralidade, territórios camponeses, recriação do campesinato, relação de forças entre agronegócio e agricultura familiar camponesa entre outros. Mas, na escola, nas gestões municipais locais de educação, as dúvidas são muitas. Desde o como conceituar campo e escola do campo, até o repensar do projeto político-pedagógico da escola e outro projeto político de campo, de vida e de trabalho na terra. Identifica-se todo o tipo de confusão teórica e política quando se realiza trabalho de campo em municípios de grande porte territorial e com pequenos núcleos urbanos. Constata-se a predominância de uma concepção de campo como um lugar atrasado que necessita ser superado pelo moderno, representado pelo campo do agronegócio. Essa concepção está presente em muitos gestores de educação e professores. Como superá-la? Os processos de formação de professores quase nada mencionam sobre a realidade campo que marca a maior parte do território brasileiro. Fica difícil superar a concepção de que o Brasil não é tão urbano e de que a ruralidade está presente na maior parte dos municípios, portanto, do território nacional. Os grupos de pesquisas e núcleos universitários que se voltam para estudos do campo têm sido importantes aliados para o movimento nacional de educação do campo, problematizando o que é o campo, quais as disputas político-econômicas que marcam o campo no Brasil e qual é a identidade político-pedagógica da escola do campo. Mas,

essas temáticas e realidades requerem mais estudos, investigações e politização no âmbito local, visando a superação da cultura da subserviência, do coronelismo e do clientelismo político.

Compreende-se, portanto, o conceito de campo, educação do campo e escola do campo, no contexto da luta pela terra e pela reforma agrária como fundantes do debate sobre formação escolar em perspectiva transformadora. Sem o esclarecimento sobre o campo da educação do campo, as políticas locais reforçam dicotomias campo-cidade e fortalecem práticas reformistas ou conservadoras do âmbito educacional. Muda-se a nomenclatura da escola, porém não se efetiva o diálogo comunidade-escola, não se reestrutura o projeto político-pedagógico como fruto de trabalho coletivo e nem se modifica o conjunto de práticas pedagógicas, assim como não se problematizam a relação de forças que marca o trabalho no campo e a luta por reforma agrária. A educação do campo construída na luta exige a participação social, o trabalho coletivo, o rompimento com o paradigma da “reforma” e do personalismo, ainda marcantes nos interiores brasileiros, ou seja, a coisa pública vista do ponto de vista do patrimônio privado.

A formação inicial de professores ainda é um dos grandes desafios presentes na educação brasileira. Conforme dados do INEP (2013)¹, no ano de 2013 havia 2.141.676 docentes trabalhando na Educação Básica, excetuando auxiliares da educação infantil e os professores que trabalham com atendimento educacional especializado. Do total de docentes, 74,8 possuía Educação Superior concluída; 24,9% possuía Ensino Médio (13,9% com curso normal/magistério; 4,9% sem normal/magistério; 6,1% com curso superior em andamento); 0,2% possuía ensino fundamental completa e 0,1% ensino fundamental incompleto. Relatório de Souza (2015, p. 2)², com base em dados apresentados pela Coordenação Geral de Políticas de Educação do Campo da SECADI/MEC revelam que no campo a situação da formação docente é mais precária ainda.

A coordenação Geral de Políticas de Educação do Campo expõe a realidade do campo, em termos da formação dos professores, mencionando o Censo Escolar de 2014: 358.752 professores

1 Disponível em http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/resumos_tecnicos/resumo_tecnico_censo_educacao_basica_2013.pdf. Acesso em 2/5/2016.

2 Relatório da Reunião Técnica com os coordenadores das licenciaturas em Educação do Campo. Relatório elaborado por Maria Antônia de Souza, representante da Comissão Nacional de Educação do Campo na referida reunião. 18f. Brasília, 1 a 2 de junho de 2015.

trabalhando em escolas no campo; 241.830 têm ensino superior. 134.605 não têm formação em nível superior. 30.505 somente têm ensino médio. 83.310 têm ensino médio com magistério. 1.583 só têm ensino fundamental. 18 professores que somente têm ensino fundamental estão trabalhando com ensino médio.

Ao lado dessa realidade da formação dos professores do campo, que demandou programas de formação inicial, há a campanha contra o fechamento das escolas localizadas no campo, desencadeada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no ano de 2011. Dados disponibilizados pela Coordenação Geral de Políticas de Educação do Campo indicam que o fechamento de escolas continua expressivo no campo. Enquanto em 2007 havia no campo um total de 122.970 escolas no campo, segundo o Censo Escolar de 2014, no ano de 2014 foram registradas 67.680.³ A prática do fechamento de escolas seguida da nucleação das mesmas tem sido a alternativa dos municípios para trabalhar com a política educacional em áreas de baixa densidade demográfica. Nesse sentido, a análise sobre o projeto de campo em vigência no país e sobre os usos da terra, geração de emprego, condições de vida e trabalho no campo tem sido cada vez mais necessárias.

Os materiais didáticos são marcados por conteúdos que, muitas vezes, reforçam a dicotomia campo-cidade. Agências privadas e setores paraestatais produzem materiais direcionados para as escolas. Também reforçam a dicotomia campo-cidade e a ideia de campo como lugar que ainda precisa ser modernizado. Os materiais didáticos vindos do Ministério da Educação e, também, os diversos materiais que chegam via paraestatais e agências privadas não são suficientemente problematizados pelas equipes pedagógicas, que, por sua vez, carecem de conhecimentos sobre o campo brasileiro, a luta pela terra e pela educação. Os cursos de formação inicial silenciam a realidade campo, suas contradições, em nome da defesa dos conhecimentos sobre a escola pública, como categoria universal.

Este número especial do Caderno Pensamento Educacional traz um conjunto de artigos oriundos de pesquisas sobre a educação do campo nos municípios da Região Metropolitana de Curitiba. Uma Região composta por 29 municípios, sendo 24 deles eminentemente rurais pelos critérios de densidade demográfica, ocupação do solo e

3 Relatório elaborado por Maria Antônia de Souza, durante reunião da Comissão Nacional de Educação do Campo. 25f. Brasília16 a 17 de abril de 2015.

aspectos ambientais e socioculturais. São municípios que possuem grande extensão em Áreas de Proteção Ambiental, possuem comunidades e povos tradicionais do campo, ao lado das atividades de mineração e exploração agroflorestal.

As pesquisas foram realizadas no período de janeiro de 2011 a dezembro de 2014, financiadas pelo Programa Observatório da Educação da Capes (Coordenadoria de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior) do Ministério da Educação, caracterizada como Núcleo em Rede, coordenado pela Universidade Federal de Santa Catarina, na pessoa da profa. Dra. Sonia Beltrame, em parceria com a Universidade Federal de Pelotas, sob a responsabilidade da profa. Dra. Conceição Paludo, e da Universidade Tuiuti do Paraná, sob responsabilidade da profa. Dra. Maria Antônia de Souza. Pesquisas, fruto do trabalho coletivo, efetivadas por graduandos, professores da rede pública de ensino do campo, mestrandos, doutorandos e docentes da pós-graduação *stricto sensu*.

São artigos que tratam da escola pública que está no campo, com análises sobre o projeto político-pedagógico, escola como lugar de resistência e currículo oculto. Análises sobre o processo de nucleação das escolas públicas e sobre o trabalho pedagógico e aprendizagem em classes multisseriadas. Discussões sobre a contribuição do livro didático para o processo de alfabetização e letramento de alunos dos anos iniciais. Reflexões sobre a prática pedagógica em relação à perspectiva de alfabetização e letramento. Analisam as políticas públicas em relação às escolas, com paralelos com a concepção da educação do campo e com o Plano Nacional de Educação. Problematisações sobre a formação de professores e a relação com a concepção de educação do campo e à educação popular. Pontuações sobre a pesquisa em educação do campo no curso de Pedagogia, análise sobre a formação inicial de professores. Estudo sobre a relação entre família e escola, com destaque para as ações pedagógicas que envolvem toda a comunidade escolar. Reflexões sobre a relação entre educação ambiental e educação do campo. E, por fim, análise sobre a relação entre governo e sociedade civil no estado do Paraná.

Espera-se que os leitores sintam-se motivados a dar continuidade aos estudos de educação do campo no Brasil, em especial na conjuntura político-econômica que se inaugura no Brasil, com o afastamento da presidente Dilma Rousseff da Presidência

da República. Inaugura-se um período de necessidade de vigilância intensa por parte dos movimentos sociais, das organizações sociais e entidades de classes que lutam por outro projeto de campo e de educação no Brasil.

A luta, resistência e o trabalho coletivo são fundamentais para o processo de transformação social, assim como a vigilância política por meio da participação e descortinamento da ideologia reformista e conservadora.

Curitiba, 12 de maio de 2016! Data inesquecível para o País e para a classe trabalhadora!

*Maria Antônia de Souza
Katia Aparecida Seganfredo*